

Um esforço para pagar o principal da dívida ext~~erna~~

José Alencar Gomes da Silva (*).



E que, por princípio, responsabilidade não se transfere.

O País é um continente e a tarefa gigantesca. Há que se fazer muita coisa e é preciso começar imediatamente. Não se resolvem todos os problemas a um só tempo. Escala de prioridades deverá ser adotada, e tudo começa pela arrumação da casa, que exige ordem, respeito. Leis possuímos fartamente, e fora da lei não há salvação, como repetia Tancredo Neves.

Evitar o recrudescimento inflacionário, a recessão, o desemprego, a fome e a miséria parece-me prioridade indiscutível. Mas este é o problema. E a solução é muito difícil! E de fato muito difícil. E preciso coragem e determinação. Coragem até para enxergar as causas. Coragem de assumir posições, ainda que o custo seja a impopularidade transitória.

Não me atrevo a receitar medidas específicas, no campo da ciência econômica, porque não sou economista. Posso, todavia, afirmar que jamais nos libertaremos da inflação se não nos libertarmos do jugo que nos impõe a dívida externa. Há os que defendem sua eterna rolagem. Há ou-

tro que recomendam a moratória amigável ou unilateral. Poucos são os que se preocupam com o seu custo. Aí reside, a meu ver, o verdadeiro e aterrador problema. Sabemos que grande parte da nossa dívida externa se submete a taxas flutuantes de juros atrelados à "prime" ou "Libor". Isso significa dizer que fomos ao banco e assinamos um compromisso cuja taxa de juro fica a talante do credor. Se não é bem assim, é quase assim. Tanto que a "prime" já nos levou a pagar 21% ao ano de juros, quando o governo norte-americano, através de seu banco central, o "Fed", ou Federal Reserve Board, adotou política monetária arrochada como medida de combate à sua então elevada taxa inflacionária. Isso, além dos "spreads" altíssimos que sempre aceitamos em nossas contratações.

Ainda que hoje essas taxas estejam ao redor de 7 ou 7,5% ao ano, não nos é lícito acreditar na sua estabilidade. Elas poderão voltar a níveis mais elevados, sendo importante lembrar que cada ponto percentual de elevação dessas taxas representa para os cofres brasileiros a "bagatela" de US\$ 1 bilhão ao ano de ele-

vação de nossos custos. Além disso, há os "spreads" e, em alguns casos, comissões adicionais.

Continuar rolando essa dívida dia após dia, ano após ano e permitindo sua constante elevação é praticamente suicídio, irresponsável e não tardará o momento em que seremos tachados como caloteiros internacionais, desacreditados, desmoralizados e humilhados no mundo inteiro.

Chegou a hora da verdade. É agora ou nunca. Jesus Cristo sentenciou: "Os humildes serão exaltados e os exaltados serão humilhados". Temos de chegar com humildade, consciência de nossa responsabilidade e colocar nossa única e inarrredável condição para o pagamento de nossa dívida: as taxas serão fixadas em 5% ao ano e amortizaremos, no primeiro ano, US\$ 1,5 bilhão do principal. Nada de "spreads" ou comissões. O valor das amortizações anuais cresce à medida que decresce a dívida, chegando-se a amortizar mais de US\$ 6 bilhões no último ano.

Já fiz os cálculos que poderão ser checados: partindo-se da premissa de que o montante da dívida seja US\$ 110 bilhões, levaríamos 30 anos para trazê-la a zero. Durante es-

tamos des-
pre, US\$ 7
ses 30 anos estan-
pendo, sem
bilhões anualme-
tida discor-

Alguém pode-
dar utilizando o clássico ar-
gumento de que dívida não
se paga, rola-se. E que fa-
talmente iremos precisar
de novos empréstimos para
fazer face às nossas nec-
sidades de crescimento.

Afirmo que tais argumen-
tos são levianos. Primeiro porque os novos em-
préstimos, quando são obti-
dos, servem-nos não raro
para complementar as re-
messas de divisas que se
têm situado muito acima
dos propostos US\$ 7 bilhões
anuais. Segundo porque o
nosso crescimento, depen-
dente de importações de
bens de capital e outros,
passaria a ser financiado
com os recursos oriundos
de nossas exportações que,
como já vimos, podem per-
feitamente nos oferecer
cerca de US\$ 25 bilhões por
ano, sobrando-nos, portan-
to, para as importações,
cerca de US\$ 18 bilhões
anualmente. E finalmente
porque o argumento de que
as dívidas não devem ser
pagas e sim roladadas é pró-
prio de quem nasceu para
ser colono, tutelado, sub-
serviente, amouco.

Como poderão perceber,
passaríamos a efetuar nos-
sas importações com paga-
mento "cash", evidente-
mente a preços mais baixos.

xos, o que certamente ele-
varia nosso poder de com-
pra e nossa capacidade de
importar. Ainda sobre o
problema cambial, muita
coisa poder-se-ia acrescentar.
Só que não há espaço
em um ligeiro artigo como
este.

Para a solução dos pro-
blemas internos também
não podemos ser menos
realistas. O equilíbrio orça-
mentário da União, estados
e municípios há de ser al-
cançado e mantido a mão
de ferro.

Não há prosperidade em
casa onde se gasta a desco-
berto. No discurso deixado
pelo presidente Tancredo
Neves e lido pelo presiden-
te José Sarney estava es-
crita: "É proibido gastar".
Ele sabia e Sarney também
o sabe: a austeridade no
trato da coisa pública deve
presidir o comportamento
dos governantes. E esses
têm a obrigação de zelar
pelas contas do Estado,
cujo patrimônio não lhes
pertence. Tais contas são
cobertas como recursos do
povo. Desse mesmo povo
que exige vida mais digna,
compatível com um País
como o Brasil, de potencia-
lidade invejável.

(*) Empresário do setor têx-
til e presidente do Conselho
Econômico da Federação das
Indústrias do Estado de Minas
Gerais (FIEMG).

Tudo bem. Todavia, o que fazer agora na consecução desses objetivos? Ai é que está. Qual o caminho a seguir?

Penso que não há razão para desesperanças.

O Brasil é um país muito rico. Sua capacidade de suportar experiências econômicas, que nos têm transformado em cobaias, chega a ser inacreditável. Já acumulamos, ao longo dos últimos tempos, ensinamentos suficientes para não insistirmos na adoção de medidas artificiais, demagógicas e inconsequentes.

Para a consolidação do regime, que espero seja o democrático, há uma Assembléia Nacional Constituinte representativa da vontade nacional. A ela, e somente a ela, cabe a decisão. Com relação, porém, à administração da política econômica e social, urge providências corajosas e responsáveis. Para isso há um governo constituído, e é na tempestade que se conhece o timoneiro. E preciso que tenhamos a coragem de afastar a peneira deixando que o Sol nos ilumine e sua luz nos devolva a bússola, o norte, a razão, o juízo. Quando imputamos a outrem a culpa pelos nossos erros não os estamos corrigindo, mas, simplesmente, incorrendo em outro erro ainda mais grave.